

Mais crise à **vista**

Apesar da aclamada disponibilidade de recursos hídricos, o Brasil tem um problema sério de desigualdade no acesso à água: as regiões com mais oferta estão longe dos grandes centros consumidores. A julgar pelos dados sobre poluição, degradação de matas ciliares e falta de investimento em saneamento básico, a tendência é que a crise de abastecimento seja realidade em todo o território. As bacias mais vulneráveis estão entre os estados de São Paulo e Paraná, no litoral do Nordeste e no Semiárido.

POR **CAROL NUNES**

NORTE

Apesar de ter a maior disponibilidade de água do País (a Bacia Amazônica dispõe de 68% da água doce), a região sofre cada vez mais as consequências da falta de saneamento básico na piora da qualidade do recurso. Com a mudança climática, as grandes cheias e secas têm-se manifestado com mais intensidade, afetando o abastecimento das cidades. Os projetos hidrelétricos também ameaçam a qualidade dos mananciais, por alterarem a movimentação dos sedimentos nos rios.

NORDESTE

O Semiárido ficará cada vez mais seco, exigindo ações de adaptação mais incisivas, como a multiplicação de cisternas. O Rio São Francisco, outrora opção de abastecimento da região, é impactado com o lançamento de efluentes e a erosão por conta da pecuária extensiva, projetos de irrigação mal estruturados e do represamento de suas águas em praticamente toda sua extensão. As metrópoles litorâneas também enfrentam as consequências do aumento de demanda combinado com a falta de saneamento.

CENTRO-OESTE

A região abriga o berço dos principais rios brasileiros, como o Araguaia, o Paraguai e rios amazônicos. Por outro lado, também é o principal celeiro da agropecuária, o que acelera processos erosivos e oferece riscos pelo uso extensivo de fertilizantes (contaminante de rios e aquíferos). A articulação da gestão de recursos hídricos com políticas ambientais e de desenvolvimento agrícola é essencial para atenuar esses riscos.

SUL

Os últimos sistemas hídricos disponíveis são fontes subterrâneas, que, por outro lado, têm sido intensamente usadas na agricultura. Se os planos de uso da água para irrigação e consumo humano não forem integrados, regiões como o noroeste do Rio Grande do Sul, que têm enfrentado longos períodos de estiagem e dependem da agricultura, podem encarar problemas sérios de abastecimento.

SUDESTE

Os mananciais que atendem ao eixo Rio-São Paulo já se encontram em seus limites de disponibilidade, o que demanda investimentos urgentes na diversificação de sistemas de abastecimento para atender à crescente demanda. Em São Paulo, por exemplo, todas as regiões metropolitanas dependem, em certa medida, das mesmas fontes hídricas, o que tem motivado conflitos regionais e disputas pelo uso da água.

FONTES: WWF WATER RISK FILTER, CONJUNTURA DOS RECURSOS HÍDRICOS ANA E ATLAS ANA 2011 (mais em bit.ly/1hoWczu)

da água, mas só alguns pagam. Por isso, as contas não fecham.”

COBRANÇA: UM CAMINHO

A cobrança pelo uso da água é o principal instrumento de gestão disponível para tentar fechar as contas (*mais em reportagem à pág. 38*). Mas, no âmbito federal, essa ferramenta foi implantada, até agora, apenas em quatro bacias: do Rio Paraíba do Sul, do Rio São Francisco, do Rio Doce e dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ). Tudo está ligado. A cobrança viabiliza a gestão, que por sua vez se encarrega de obter dados, monitorar o sistema e produzir informação para um sistema de governança, que faz a gestão compartilhada do sistema.

Um dos problemas fundamentais do sistema, para Santos, da ANA, é que se tem dado muita ênfase à gestão da oferta de água – isto é, obras que garantam um aumento do abastecimento –, mas pouco tem sido feito no campo da gestão da demanda. “A gestão da demanda passa necessariamente pela adoção de práticas de uso sustentável ou racional da água”, explica.

Entram aí a diminuição de perdas físicas, como vazamentos e evaporação, a redução do desperdício, a educação ambiental da população, a captação da água da chuva nas cidades e o incentivo ao reúso da água. “Um exemplo: os municípios de menos de 50 mil habitantes não têm escala para tratar o esgoto. Mas podem fazer uma planta de tratamento intermediário, que permitirá reutilizar a água para a irrigação agrícola, produção de biomassa, ou alimento para o gado. Isso diminuiria o impacto no consumo dos reservatórios”, sugere Santos.

Uma boa opção para incentivar o uso racional da água, de acordo com ele, é o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), que remunera os agentes responsáveis pela produção de recursos hídricos usando o dinheiro arrecadado com a cobrança pelo uso da água. A ANA mantém há 14 anos o Projeto Produtor de Água, que utiliza esse instrumento. “Um aspecto que dificulta o uso do PSA e de outros instrumentos de gestão é o fato de termos

dupla dominialidade: as águas de domínio da União – que inclui os rios que passam em mais de um estado ou em fronteiras – e as de domínio dos estados”, diz Santos.

O PSA também esbarra em dificuldades técnicas, por ser um instrumento ainda muito novo, de acordo com Elaine Franco de Campos, coordenadora de Projetos da Agência PCJ, órgão que dá apoio técnico ao Comitê da Bacia PCJ. Muitas vezes, diz ela, há recursos disponíveis para o PSA, mas eles não podem ser gastos, porque não se tem os recursos para as outras necessidades envolvidas com cada projeto, como a execução de estudos da área, cercamento e barraginhas, por exemplo.

Com isso, o Projeto Produtor de Água na Bacia PCJ, em 2013, só conseguiu utilizar R\$ 150 milhões dos R\$ 395 milhões que tinha disponível. “Não se trata só de pagar o produtor de água, é preciso viabilizar muitas outras coisas e, dependendo do local, não há marco legal que permita o pagamento”, disse Elaine.

Para Juliana Cibim, professora de Direito Ambiental da Faap, a legislação oferece instrumentos e possibilidades para uma boa gestão dos recursos

Muitas vezes, há recursos para o PSA, mas não é possível gastá-los

hídricos, mas, na prática, ainda há muito a fazer. “A governança é especialmente complexa nas bacias com muitos municípios, por conta de interesses divergentes e dificuldades de planejamento de longo prazo. E não há dúvida de que temos uma questão de gestão a ser resolvida”, afirma Juliana, que é coordenadora de conteúdo no Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) e defendeu doutorado sobre o desafio da governança da água em bacias transfronteiriças.

De acordo com ela, a gestão atual não é ruim, mas encontra obstáculos, porque a questão da água não tem o destaque que merece. “A gestão dos recursos hídricos é extremamente complexa e está atrelada ao planejamento urbano, ao Zoneamento Ecológico-Econômico, ao plano diretor das cidades e aos interesses dos diversos atores. É preciso priorizar a questão da água sempre, em vez de dar destaque a ela apenas em momentos de crise como o atual”, diz.